

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.472 - SP (2019/0042357-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS DO CARMO OLIVEIRA
ADVOGADO : SÍLVIO CARPI - SP162079
AGRAVADO : FERNANDO BATISTA BARTOLOMEU
ADVOGADO : WILLI ROSTIN JUNIOR - SP173829

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LUIZ CARLOS DO CARMO OLIVEIRA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTERMEDIÇÃO IMOBILIÁRIA COBRANÇA Não comprovada a responsabilidade do Requerido pelo pagamento dos valores relativos à corretagem SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA Comprovada a prestação do serviço Concretização da venda em momento posterior Dano moral não caracterizado RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO, PARA CONDENAR O REQUERIDO AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 50.000,00, COM CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE 23 DE JANEIRO DE 2014 E JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS DESDE 14 DE MAIO DE 2015, ARCANDO CADA PARTE COM 50% DAS CUSTAS (INCLUSIVE AS INICIAIS) E DESPESAS PROCESSUAIS E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DOS RESPECTIVOS PATRONOS, OBSERVADA A GRATUIDADE PROCESSUAL DO AUTOR" (fl. 312, e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fls. 331 e 343, e-STJ).

No recurso especial, o recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 11º, 373, I e II, 489, § 1º, IV e § 3º, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 e 726 do Código Civil. Sustenta, em suma, que houve má valoração da prova na origem.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 413-415 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, observa-se que o tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou

deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Ademais, transcreve-se a fundamentação daquele tribunal quanto à comprovação de que o contrato de corretagem foi firmado entre as partes:

"(...)

Com efeito, irrelevante o argumento do réu de que pretendida receber R\$1.800.000,00 'livres' da comissão; se buscava tal negócio deveria ter negociado com outro adquirente. Ao realizar o negócio cuja aproximação se deu pela interveniência do requerente, aperfeiçoou o resultado útil do contrato de corretagem, fazendo jus à remuneração acordada entre as partes cuja incidência tinha conhecimento. Dizer o contrário viola a vedação ao enriquecimento sem causa (art. 884, do Código Civil). Ao contratar diretamente com a terceira, trazida ao imóvel pelo demandante, o réu buscou frustrar o contrato de corretagem notável o cabimento da remuneração" (fl. 314, e-STJ - grifou-se).

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Por fim, anota-se a iterativa jurisprudência desta Corte no sentido de que a necessidade do exame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator